

26 SET 1996

A saúde do PAS

ESTADO DE SÃO PAULO

As autoridades municipais conseguiram, com o Plano de Atendimento à Saúde (PAS), livrar o paulistano das filas pelo menos diante da dor. Devem, agora, começar um trabalho de prevenção à “saúde” do próprio plano, antes que as forças que o sustentam se desfaçam. O PAS, é certo, recuperou a dignidade dos pacientes: a atenção

**Autoridades
devem rever os
gastos do plano
cujas “forças” os
cofres públicos
não sustentarão**

médica, antes esperada por horas em pé, em frente dos portões dos hospitais, passou a ser oferecida rapidamente em toda a rede municipal. O resultado é a aprovação do plano pela maioria. Por isso mesmo os reajustes devem ser adotados em caráter de urgência. A frustração do paulistano tem de ser evitada com a disposição com que se deve afastar a hipótese de prejuízos aos cofres públicos.

O investimento no sucesso do projeto da Prefeitura é alto, reconhecem as autoridades. Elas confessam que erraram no planejamento de gastos. Por enquanto, as falhas estão sendo contornadas. Alguns dizem que é graças à “economia” feita na área da Saúde nos primeiros anos de governo — a administração teria deixado verba suficiente para garantir o PAS durante o ano eleitoral. Outros afirmam que o sustento provoca a desativação de serviços que seriam de responsabilidade da Prefeitura. Pelo que se gasta, não parecem teorias absurdas. O município destina 90% das verbas da Saúde para o PAS. São R\$ 695 milhões do total de R\$ 772 milhões do orçamento deste ano. Sobram apenas R\$ 77 milhões para os demais programas.

Saúde requer mais do que médicos e prontos-socorros. As prefeituras têm papel fundamental no combate às epidemias. A Prefeitura de São

Paulo, no entanto, reduziu sua participação nas campanhas sobre a Aids, e seus programas destinados ao tratamento de males como a tuberculose, a leptospirose e as doenças mentais já foram mais eficientes.

As próprias campanhas de vacinação parecem retroceder.

As outras esferas do poder público se surpreendem com o poderio econô-

mico do Município para o setor. Conforme cálculos do Ministério da Saúde, o que a Prefeitura gasta para manter 3.630 leitos nos 14 módulos do PAS é o que o governo federal gasta com 22 mil leitos. As cooperativas de médicos que dirigem os hospitais da rede não conseguem se sustentar — manter os prédios, contratar pessoal e comprar insumos — recebendo os R\$ 10,96 pagos por pessoa atendida.

Seus gastos são superiores e obrigam o governo a cobri-los. A explicação vem de uma comparação com a medicina de grupo: nos planos de saúde mais simples destinados ao que se convencionou chamar de “doente são” é dimensionado um custo por paciente de US\$ 22, o dobro do que a Prefeitura calculou para os pacientes do PAS. Fica fácil entender por que a administração municipal gasta R\$ 15 milhões mensais a mais do que o previsto no início do plano.

O melhor que se tem a fazer é descobrir uma solução para o problema. O ano está terminando e por mais eleitoreiro que possa ser o sucesso do PAS, para a população ele já está integrado à rotina da Cidade. É preciso respeitar essa sociedade e é necessário que as autoridades se lembrem de que ainda que garantam a posse dos seus sucessores os cofres públicos não terão mais como retirar verbas para cobrir as falhas do projeto.